



REVISTA
Casa da

ISSN 2316-8056

GEOGRAFIA
de Sobral

DESENVOLVIMENTO DESIGUAL E COMBINADO E EMPREGO FORMAL EM TERRITÓRIOS PERIFÉRICOS DO NORDESTE BRASILEIRO

Uneven and combined development and formal employment in peripheral territories of the
brazilian northeast

Desarrollo Desigual y Combinado y Empleo Formal en Territorios Periféricos del Nordeste
Brasileño

 <https://doi.org/10.35701/rcgs.v27.1116>

João Paulo Silva dos Santos¹

Histórico do Artigo:

Recebido em 30 de março de 2025

Aceito em 09 de setembro de 2025

Publicado em 19 de outubro de 2025

RESUMO

As diferenciações entre os espaços urbanos dos territórios indicam que estes são produtos ativos do próprio capital. A elaboração deste documento está associada à compreensão de que o desenvolvimento desigual e combinado capitalista gera marcas empíricas nos territórios. O seu objetivo é analisar como os dados de empregos formais, extraídos dos registros da RAIS e do CAGED, entre 2020 e 2023, refletem as dinâmicas do desenvolvimento desigual e combinado em territórios periféricos do Nordeste brasileiro. A pesquisa seguiu um caminho exploratório, utilizando uma abordagem quantitativa com o uso de estatística descritiva e inferencial por meio dos testes de Friedman e de Durbin-Conover. A análise dos dados revela que os territórios apresentam dinâmicas distintas em relação à distribuição dos empregos em atividades produtivas, à concentração de empregos em determinados municípios e às oscilações nas admissões. Essas características apontam, pelo menos, três reflexos do desenvolvimento desigual e combinado nos territórios estudados: a concentração de empregos formais em poucas atividades produtivas; a centralização da maior parte deles em poucos municípios; e a expansão seletiva dos empregos formais entre os territórios.

Palavras-Chave: Desigualdade. Atividades econômicas. Mercado de trabalho. Área urbana.

¹ Doutor em Estudos Urbanos e Regionais na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); Professor da rede municipal de ensino do município de Mossoró - RN.

Email: joapss@educacao.prefeiturademossoro.com.br

 <https://orcid.org/0000-0003-3723-5463>

ABSTRACT

The differentiations between the urban spaces of the territories indicate that they are active products of capital itself. The development of this document is associated with the understanding that capitalist uneven and combined development generates empirical marks in the territories. Its objective is to analyze how formal employment data, extracted from RAIS and CAGED records, between 2020 and 2023, reflect the dynamics of uneven and combined development in peripheral territories of northeastern Brazil. The research followed an exploratory path, using a quantitative approach with the use of descriptive and inferential statistics through the Friedman and Durbin-Conover tests. The data analysis reveals that the territories present distinct dynamics regarding the distribution of jobs in productive activities, the concentration of jobs in specific municipalities, and fluctuations in admissions. These characteristics highlight at least three reflections of uneven and combined development in the studied territories: the concentration of formal jobs in few productive activities; the centralization of most of them in few municipalities; and the selective expansion of formal employment across the territories.

Keywords: Inequality. Economic activities. Labor market. Urban area.

RESUMEN

Las diferenciaciones entre los espacios urbanos de los territorios indican que estos son productos activos del propio capital. La elaboración de este documento está asociada con la comprensión de que el desarrollo desigual y combinado capitalista genera marcas empíricas en los territorios. Su objetivo es analizar cómo los datos de empleos formales, extraídos de los registros de RAIS y CAGED, entre 2020 y 2023, reflejan las dinámicas del desarrollo desigual y combinado en territorios periféricos del noreste brasileño. La investigación siguió un camino exploratorio, utilizando un enfoque cuantitativo con el uso de estadística descriptiva e inferencial a través de las pruebas de Friedman y Durbin-Conover. El análisis de los datos revela que los territorios presentan dinámicas distintas en relación con la distribución de los empleos en actividades productivas, la concentración de empleos en determinados municipios y las fluctuaciones en las admisiones. Estas características señalan al menos tres reflejos del desarrollo desigual y combinado en los territorios estudiados: la concentración de empleos formales en pocas actividades productivas; la centralización de la mayor parte de ellos en pocos municipios; y la expansión selectiva de los empleos formales entre los territorios.

Palabras clave: Desigualdad. Actividades económicas. Mercado laboral. Área urbana.

INTRODUÇÃO

Considerar o arcabouço teórico da economia política é fundamental para os pesquisadores envolvidos com os estudos urbanos e regionais verificarem como o sistema capitalista se instala e se reorganiza nas porções do espaço geográfico, alterando as relações entre os territórios e impondo condições que criam desigualdades socioespaciais e produtivas. Logicamente, dentro dessas considerações, os processos que acarretam às diferenciações entre os territórios, são únicos em cada um deles.

Dentro dessa perspectiva, é importante apontar a noção de “território” adotada neste artigo. Ela é a mesma apresentada por Santos (2024). A partir Haesbaert (2006) e Brandão (2009) o autor compreende o termo como uma estrutura socioespacial resultante da interação entre múltiplos agentes (governos, capitalistas, e as diversas frações da sociedade) cujos interesses distintos e trajetórias históricas diversas, geram conflitos em várias escalas geográficas simultaneamente. A organização dessa estrutura ocorre por meio das relações sociais estabelecidas entre esses agentes,

que, de maneira não linear e em consonância com a dinâmica de fixidez e fluidez do capital, simultaneamente utilizam, modificam e se apropriam de porções de terras e dos seus recursos naturais por meio de técnicas produtivas e regulamentações sociopolíticas. Assim considera-se que essa ideia de “território” abrange tanto os espaços urbanos quanto os rurais.

‘Com esse entendimento, é possível compreender que as diferenciações dos espaços urbanos dos territórios traduzem que eles não são apenas um conjunto de lugares onde as relações capitalistas se manifestam, mas sim um produto ativo do próprio capital, moldado historicamente por contradições e assimetrias estruturais provenientes de trajetos sociopolíticos, produtivos e naturais distintos (Santos, 2024).

Diante disso pode-se considerar que essa característica, simultaneamente passiva e ativa, do espaço geográfico capitalista é refletida pela ideia teórica do desenvolvimento desigual e combinado (DDC) já que nele são impressas formas e funções (Santos, 1994) que evidenciam as desigualdades da concentração do capital entre os territórios. Assim, a diferenciação territorial não ocorre de forma isolada, mas está intrinsecamente ligada a processos históricos e estruturais que regem a dinâmica do capital (Santos, 1994). A partir dessa ideia é possível considerar que a concepção do (DDC), pode ser uma chave para elucidar as formas como essas disparidades se manifestam entre territórios distintos.

O conceito de DDC, formulado por concepções marxistas, está presente (diretamente ou indiretamente) nas teorizações de inúmeros autores. Para citar alguns, as concepções sobre o DDC, desde as formulações iniciais de Leon Trotsky (1967), passam Celso Furtado (1969), por Maria da Conceição Tavares e José Serra (1971), por Vladimir Lênin (1988), por Wilson Cano (1998) e David Harvey (2005; 2013).

Entretanto, por uma questão de posicionamento teórico, não desconsiderando os autores citados anteriormente, o entendimento do DDC capitalista será abordado neste artigo por meio dos autores Milton Santos e Carlos Brandão devido às contribuições que eles fornecem sobre as dinâmicas e os elementos relacionados com a produção do espaço geográfico, no contexto periférico do capitalismo. Em Milton Santos (1994), por exemplo, podemos entender que as técnicas, objetos, ações e normas atuam na constituição de um espaço geográfico fragmentado, porém interligado/dependente. Para Carlos Brandão (2004; 2012), considerando os processos de homogeneização, polarização, integração e hegemonia, o espaço capitalista é produzido de forma a articular regiões centrais e periféricas, criando hierarquias territoriais. Esse processo evidencia a reprodução de desigualdades estruturais, enquanto promove uma integração subordinada dos territórios periféricos às dinâmicas globais do capitalismo.

Outro argumento para a escolha desses autores é que os seus entendimentos derivam, dentro do contexto da problemática urbana e regional brasileira, de uma mesma perspectiva onde o crescimento produtivo capitalista “cria desigualdades ao mesmo tempo em que são geradas dependências, daí a razão para o uso da expressão “desenvolvimento desigual e combinado” (Oliveira, 2010, p. 240).

Nesse sentido, a formatação deste documento² está associada a compreensão que as desigualdades e dependências provenientes do DDC capitalista, produzem marcas empíricas nos territórios e que elas podem ser resgatadas e utilizadas (em forma de dados) por pesquisadores que buscam entender as dinâmicas produtivas e espaciais existentes entre as áreas urbanas, tanto do capitalismo avançado como do periférico. Sendo assim, esta proposta tem como questionamento norteador a seguinte pergunta: os dados dos empregos formais evidenciam características do DDC capitalista em territórios periféricos do capitalismo do Nordeste do Brasil?

A partir deste questionamento este artigo tem como objetivo verificar como os dados dos empregos formais, expressos pelos registros da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) e do CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), entre os anos de 2020 e 2023³, refletem as dinâmicas do DDC em territórios periféricos do Nordeste brasileiro que são respectivamente: o território pluridinâmico de uso intensivo de recursos naturais (TPURN)⁴, existente ao redor do município de Mossoró/RN (Santos, 2024), e os municípios das regiões metropolitanas de Natal/RN e do Cariri/CE. O TPURN, a região metropolitana de Natal (RMN) e do Cariri (RMC) foram considerados territórios periféricos do Nordeste a partir das definições do IBGE (2020)⁵. Essa determinação tem como base a hierarquia urbana definida pelo (IBGE, 2020) já que os territórios delimitados estão em um

² A produção deste documento é um desdobramento da tese de doutorado intitulada de “Espaços urbanos não metropolitanos no Nordeste brasileiro: Mossoró/RN como uma capital regional do sertão” (Santos, 2024). Ela foi defendida no programa de pós-graduação em estudos urbanos e regionais na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

³ Esse período foi selecionado por representar uma transição entre a eclosão da pandemia da doença o COVID-19 e a gradativa “recuperação” das consequências negativas ocasionadas na atividade produtiva e no mercado de trabalho, em todo o Brasil.

⁴ Território que aglutina 23 municípios localizados entre os estados do Rio Grande do Norte e do Ceará. O TPURN foi utilizado por Santos (2024) para estudar condições envolvidas com a posição hierárquica regional da área urbana de Mossoró/RN. O recorte territorial se baseia nas múltiplas e equivalentes dinâmicas produtivas existentes nos municípios que utilizam intensivamente recursos naturais.

⁵ Os principais municípios dos territórios definidos (Mossoró/RN, Natal/RN e Juazeiro do Norte/CE) são classificados como Capitais Regionais pelo IBGE (2020). Enquanto Natal e Juazeiro do Norte integram regiões metropolitanas formais, Mossoró, mesmo sem esse status institucional, organiza fluxos econômicos e de trabalho reconhecidos na delimitação do TPURN. Assim, a análise considera a interdependência entre a escala regional (aglomerados de municípios) e a escala urbana (Capitais Regionais), ambas indispensáveis para compreender como DDC se manifesta nesses espaços.

nível inferior as Metrôpoles Regionais do Nordeste formadas pelos arranjos populacionais de Fortaleza (CE), Recife (PE) e Salvador (BA)⁶.

Metodologicamente, a pesquisa seguiu um percurso exploratório com abordagem quantitativa. Foram utilizados dados do estoque de empregos formais por setor econômico (RAIS) e do fluxo de admissões e desligamentos (CAGED). As análises ocorreram em duas etapas. Inicialmente, foram utilizados métodos estatísticos descritivos (percentuais e tabelas) e inferenciais (testes estatísticos). Para verificar se os três territórios apresentavam diferenças estatisticamente significativas na distribuição dos empregos formais, a partir dos dados da RAIS, foi realizado o teste de Friedman. Em seguida, aplicou-se o teste de comparações múltiplas de Durbin-Conover para identificar em quais territórios essas diferenças se manifestavam de forma significativa. Na segunda etapa, procedeu-se a uma análise comparativa entre os três territórios. Ela foi realizada com o objetivo de compreender a posição relativa de cada território na dinâmica do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo.

Este documento, além da introdução, possui quatro seções. Logo em seguida são apresentados argumentos que demonstram como o DDC capitalista pode ser relacionado com a produção do espaço geográfico nos territórios. Na terceira seção estão presentes ideias que discorrem sobre a possibilidade teórica de visualizar características do DDC com o uso de dados dos empregos formais. Estas duas seções são lastreadas por apontamentos teóricos de Milton Santos (1994) e Carlos Brandão (2004; 2012).

Na próxima parte do documento, é realizada uma breve caracterização dos territórios analisados, a apresentação dos dados dos empregos formais e constatações gerais realizadas por meio das técnicas estatísticas. Após, na mesma seção são realizadas comparações dos dados avaliados entre os territórios. Por fim, na última parcela do artigo, antes da parte conclusiva, são apresentados os reflexos do DDC nos dados dos empregos formais dos territórios considerados.

⁶ O IBGE (2020), para definir a hierarquia urbana, utilizou duas bases conceituais complementares. A teoria das localidades centrais, de Christaller (1966), foi utilizada para avaliar a hierarquia por meio da centralidade e da área de influência (hinterlândia) de cada área urbana, mapeando as áreas polarizadas a partir dos deslocamentos da população. Já a teoria dos fluxos centrais, de Taylor (2004), acrescentou uma perspectiva relacional, distinguindo conexões locais (*town-ness*) e de longa distância (*city-ness*), permitindo identificar redes de gestão pública e empresarial. A combinação dessas abordagens possibilitou ao IBGE (2020) integrar a análise da polarização territorial com o mapeamento das conexões interurbanas em múltiplas escalas.

DESENVOLVIMENTO DESIGUAL E COMBINADO MARCADO NO ESPAÇO

Nesta seção estão dispostos os entendimentos teóricos das obras de Milton Santos (1994) e Carlos Brandão (2004; 2012) que explicitam as relações existentes entre o DDC e o espaço, em escalas diversas. Primeiramente serão abordadas as ideias de Milton Santos mais associadas com os lugares e os territórios. Em seguida serão abordadas as considerações de Carlos Brandão que possuem escalas mais ampliadas como regiões e Estados nacionais⁷.

Entretanto, antes de seguir é necessário delimitar o entendimento deste artigo sobre o que é o DDC e como ele se relaciona com o espaço dentro do modo de produção capitalista. Para isso, estão dispostos a seguir argumentos discutidos por Oliveira (2010) pois suas ideias convergem com as dos dois autores citados anteriormente, em uma análise do autor sobre as relações de desigualdade capitalistas entre a economia e o território.

Para Oliveira (2010), o capital, se estabelece, explora e cria conexões em todos os lugares (Marx; Engels, 2017). Na busca incessante pela valorização, ele dissolve barreiras, uniformiza relações e desmonta obstáculos que impedem sua expansão, criando desigualdades entre as porções espaciais. Ao mesmo tempo, o capital cria continuamente, de forma estrategicamente combinada pela sua própria lógica de valorização, novas estruturas para sustentar o contínuo avanço da lucratividade.

Essa busca pela expansão da lucratividade não ocorre como uma simples sequência em que processos organizacionais e produtivos dos territórios ultrapassados são substituídos por outros modernos. Tampouco o avanço do capital sobre os territórios garante uma difusão uniforme de tecnologias. A lógica desigual e combinada do capital atua de forma contraditória e instável, criando, destruindo e reconfigurando os territórios e dando a eles condições para alterarem a sua própria dinâmica em direção a avanços ou retrocessos da valorização do capital (Santos, 1994).

Essas relações revelam que a lógica capitalista que envolve os territórios expressa a desigualdade de relações de produção e dos seus efeitos sobre os lugares na busca pela reprodução do capital, ou seja, não basta apenas produzir e crescer continuamente, é necessário buscar territórios que possuam condições de ampliação máxima tanto quanto possível. Ao mesmo tempo, essas configurações territoriais desiguais somente ocorrem devido a uma combinação de elementos (e dos

⁷ Considerando a abordagem conjunta dos autores neste artigo, é válido ressaltar que consideramos algumas diferenças nas abordagens deles em relação ao DDC. Brandão (2004), ao abordar o desenvolvimento desigual e combinado, enfatiza a escala regional como categoria para compreender as diferenças estruturais entre territórios e a forma como cada um deles se integram ao movimento do capitalismo. Já Santos (1994), trabalhando a ideia do espaço como totalidade, onde o desenvolvimento desigual e combinado se apresenta na relação entre sistemas de objetos e ações, abrange diversas escalas, sem se restringir ao recorte regional.

seus relacionamentos) que são próprios do avanço do capital sobre o espaço, como a produção, o consumo, a distribuição e circulação de bens (Marx, 2015).

Portanto, o DDC, em última instância, reflete a forma como a produção, o consumo, a distribuição e a circulação de bens se articulam de maneira assimétrica no espaço capitalista. Nesse contexto, enquanto territórios mais desenvolvidos concentram atividades produtivas que possuem alto poder de valorização do capital, áreas periféricas são subordinadas e integradas a esse processo. Assim, as relações de produção e circulação conformam, entre as escalas (do local ao global), um mosaico em que os níveis da valorização do capital não se dão de forma homogênea. Eles ocorrem como resultado das desigualdades, tensões e conflitos entre centros hegemônicos e periferias dependentes.

O DDC, às técnicas e o espaço por Milton Santos

A partir de Milton Santos (1994) é possível pensar que para entender as relações entre o DDC e o espaço geográfico, é essencial reconhecer a propagação desigual das técnicas por meio de sua implantação seletiva em diferentes lugares dos territórios. Como exemplo, Santos (1994) destaca que, em um mesmo recorte territorial, é comum a coexistência de subsistemas técnicos pertencentes a períodos distintos, ou seja, elementos técnicos oriundos de diferentes momentos históricos.

No domínio das relações entre técnica e espaço, uma primeira realidade a não esquecer é a da propagação desigual das técnicas. Esse ponto [...] sugere um importante debate a respeito do processo de difusão das técnicas e de sua implantação seletiva sobre o espaço. Num mesmo pedaço de território, convivem subsistemas técnicos diferentemente datados, isto é, elementos técnicos provenientes de épocas diversas (Santos, 1994, p. 25).

Essa convivência reflete a dinâmica do desenvolvimento desigual e combinado, em que temporalidades diferentes interagem para moldar a organização, o uso e as adaptações do espaço às demandas provenientes das interações entre as técnicas. Para entender melhor a visão de Santos (1994) sobre o DDC é necessário verificar alguns fatores envolvidos nos seus argumentos.

O primeiro é sobre as técnicas. Nessa discussão elas são um conjunto de meios instrumentais e sociais que permitem ao homem produzir, e simultaneamente, moldar e remodelar o espaço ao longo do tempo. Com esse argumento Santos (1994, p. 34) esclarece que as técnicas podem ser visualizadas também como “uma medida do tempo: o tempo do processo direto de trabalho, o tempo da circulação, o tempo da divisão territorial do trabalho e o tempo da cooperação”.

Daí surge a noção de que é através das técnicas que o ser humano, devido ao trabalho, realiza a união entre espaço e tempo. Assim, “cada lugar geográfico concreto corresponde, em cada momento, a um conjunto de técnicas e de instrumentos de trabalho, resultado de uma combinação específica que também é historicamente determinada” (Santos, 1994, p. 35).

Com essa premissa, apontamos o segundo fator associado à afirmação anterior de Santos (1994). O autor considera que o espaço é formado por um conjunto de sistemas de objetos (técnicos) e sistemas de ações. Os elementos desse conjunto estão em constante interação e não podem ser separados. Essa condição ocorre porque os sistemas de objetos estruturam o espaço, orientando a forma como as ações se desenvolvem, ao mesmo tempo em que essas ações modificam ou produzem novos objetos, não se limitando às formas existentes. Dessa interação contraditória e dialética entre forma e função o espaço se transforma continuamente ao longo do processo histórico.

Essa condição ocorre, pois, por um lado, os sistemas de objetos influenciam o modo como as ações se desenvolvem; por outro, as ações geram novos objetos ou se realizam a partir dos existentes. Dessa interação contínua, o espaço ganha movimento e se transforma ao longo do processo histórico.

A partir disso, pode ser apontado um terceiro fator que sustenta a argumentação do autor sobre o DDC. Para ele, a própria proeminência das técnicas, em todos os aspectos da vida da sociedade também exige a hegemonia normativa, “já que o próprio do fenômeno técnico é ser, a um tempo, normativo e normado (Santos, 1994, apud J.-P. Sérís, 1994, p. 71). Assim, Santos (1994, p. 153) acredita que “o espaço, por seu conteúdo técnico, é regulador, mas um regulador regulado, já que as normas administrativas é que, em última análise, determinam os comportamentos”.

Além disso, o autor descreve que as normas apresentam graus variados de eficácia de acordo com os diferentes territórios, uma vez que as técnicas características de cada lugar desempenham um papel crucial no comportamento dos agentes. Nas suas palavras, “normas gerais são diversamente eficazes, segundo os lugares, pois o conteúdo técnico e informacional de cada área tem um papel fundamental no comportamento dos agentes” (Santos, 1994, p. 153).

Nesse sentido, os apontamentos de Santos (1994), esclarecem que os efeitos das técnicas, dos objetos, ações e das normas sobre os lugares e territórios são desiguais, mas também combinados pois somente se desenvolvem e modificam-se por meio de uma conjuntura combinada entre os governos, capitalistas e a sociedade em geral.

Carlos Brandão e os resultados do DDC sobre o espaço

Com Brandão (2004; 2012), é possível visualizar mais profundamente a questão entre o DDC e a produção do espaço capitalista. Para o autor, em virtude da divisão social do trabalho se tornar cada vez mais complexa e avançada, as conexões e combinações produtivas entre os territórios se intensificam. Entretanto, isso ocorre de forma desigual seguindo uma hierarquia (centro/periferia), obedecendo a leis, centros de controle e padrões específicos de cada região. Segue o entendimento nas palavras de Brandão (2004, p. 39):

Sob o regime capitalista de produção, a divisão social do trabalho se aprofunda e sofisticada recorrentemente, as articulações entre espaços diferenciais se processam de forma regular e ordenada - embora com natureza desigual, complexa e de forma combinada e sujeita a um processo de evolução hierárquica - submetidas a leis, centros de controle e padrões diversificados e específicos de inserção.

Para o autor isso ocorre por meio de quatro processos, combinados, que ele descreve como: homogeneização, integração, polarização e hegemonia. Brandão (2004) afirma que eles devem ser considerados em uma perspectiva crítica que esteja relacionada com ideia de que a dimensão espacial é fortemente interligada às dinâmicas econômicas e sociais. A seguir serão abordadas visões sobre o DDC e essas ideias.

Inicialmente podemos entender que a homogeneização é um processo que demonstra a contínua combinação de condições para o capital sempre buscar um maior nível de valorização. Brandão (2004) discorre que esse processo, diferentemente do que se pode pensar, não delimita regiões de acordo com similaridades econômicas, sociopolíticas ou naturais. Pelo contrário ela:

"desfaz" fronteiras territoriais, transborda limites, buscando criar condições básicas universais para o valor se valorizar em termos absolutos e universais, abrindo horizontes e dispondo espaços para a valorização capitalista mais ampla (Brandão, 2004, p. 41).

Nesse sentido, a homogeneização não está ligada à ideia de afinidade ou solidariedade dentro de uma comunidade específica, mas sim à universalização do capital, capaz de integrar até os espaços mais distantes em um único sistema produtivo, conectando cidades e regiões em redes econômicas complexas (Taylor, 2004). Entretanto, como observa Brandão (2004, p. 43), esse movimento "cria e recria estruturas heterogêneas e desigualdades em seu movimento", gerando fragmentação espacial. Essa heterogeneidade contribui para a hierarquia urbana, na medida em que cidades mais integradas ao capital e dotadas de maior diversidade de funções centrais ocupam

posições elevadas, enquanto centros menos conectados permanecem em posições inferiores dentro da rede urbana.

Brandão (2004) entende que o desenvolvimento capitalista, mesmo ocorrendo de forma a buscar uma certa homogeneização das condições de reprodução do capital, de forma combinada, não tem um viés de “nivelamento e de propagação de progresso técnico por todas as porções do território” (Brandão, 2004, p. 43), devido ao seu próprio modo de funcionamento e suas contradições intrínsecas. Nesse sentido podemos entender que a medida que novos horizontes se mostram possíveis para maiores valorizações do capital (decorrentes da homogeneização), a concorrência capitalista realiza transformações nas dinâmicas e na estrutura produtiva dos territórios nivelados pela homogeneização, promovendo diferenciações espaciais que reforcem aspectos da hierarquia urbana.

Dessa forma os “mercados” aderentes, sofrem reacomodações devido a exposição a uma maior gama de capitais, nas palavras de Brandão (2004) “forâneos”. Nesse sentido, para o autor, durante o avanço do processo de integração “multiplicam-se as interdependências e as complementaridades regionais, que podem acarretar o aumento tanto das potencialidades quanto das vulnerabilidades regionais” (Brandão, 2004, p. 48).

Em última análise, através de Brandão (2004) é possível entender que a integração de uma região, devido estar relacionada com a concorrência capitalista em áreas com condições minimamente niveladas para ampliação da valorização do capital, se dá em virtude de progressões combinadas (entre capitalistas, governos e sociedade) e contínuas da expansão dos circuitos produtivos e das suas conexões. Entretanto esse processo, mesmo agindo de forma combinada em determinadas regiões, simultaneamente acarreta desigualdades já que ele se desenvolve mais fortemente em um sentido centro => periferia. Podemos entender isso nas palavras do autor:

A integração é sempre um processo contínuo e de difícil reversão, que exerce influência complexa e contraditória sobre as regiões aderentes, que serão engolfadas em adaptações recíprocas, com intensidades e naturezas diversas, destacando-se, evidentemente, a potência do vetor “centro dinâmico” => “periferia”, embora nunca possa ser encarada como unidirecional (Brandão, 2004, p. 46).

Derivado da integração, o processo de polarização, para Brandão (2004; 2012) é fruto da própria natureza desigual e combinada do processo produtivo capitalista. Para o autor esse processo está associado à ideia de hierarquia. Pode-se entender isso no seguinte argumento:

O desenvolvimento das forças produtivas gera polaridades, “campos de forças”, desigualmente distribuídas no espaço, centralidades, ou seja, estruturas de dominação fundadas na assimetria e na irreversibilidade, que ainda serão reforçadas pela inércia dos investimentos em capital fixo concentrados naquela área central, marcada por forças

aglomerativas e se apropriando de economias de escala, de proximidade e de meios de consumo coletivo presentes nos espaços construídos nos núcleos urbanos centrais do processo de desenvolvimento (Brandão, 2004, p. 51).

Com essa perspectiva Brandão (2004; 2012) destaca que o processo de polarização está associado aos níveis de concentração e centralização do capital e os seus efeitos, de acordo com as características (produtivas, sociopolíticas e naturais) de cada região. Sendo assim, como um reflexo da evolução desigual e combinada do espaço geográfico capitalista, o processo de polarização, para Brandão (2004; 2012) é fruto da própria natureza desigual e combinada do processo produtivo capitalista.

Em um nível mais geral, para o autor o processo de polarização deriva diretamente da concentração e centralização do capital e de seus desdobramentos no espaço, embora entre um e outro, inúmeras mediações sejam requeridas. Assim a polarização, como processo, “é decorrente da heterogeneidade estrutural e da própria cumulatividade e das forças aglomerativas presentes no espaço geográfico capitalista” (Brandão, 2004, p. 52).

Entre os processos de homogeneização, integração e polarização está presente o processo de hegemonia. É por meio dele que blocos de poder (político, mas associados ao econômico) atuam para compor alianças sociopolíticas de longa duração em busca de criar um consentimento ativo para vencer a heteronomia política. Essa coalizão de poder tem como objetivo propor, articular e sustentar alianças que favoreçam os seus interesses. Para Brandão (2004, pg. 55):

A hegemonia cumpre uma função regulatória das contradições presentes nas diversas frações do bloco do poder e tem de estabelecer uma capacidade de ocultação de conflitos e fissionamentos, de formar determinada “concepção de mundo”, forjando e cristalizando uma relação de forças que determina os limites e condiciona às ações dos subalternos.

Nesse sentido, apoiando-se em Cano (1998), Brandão (2004; 2012) avalia que o processo de hegemonia cria estruturas de dominação, não somente política, mas da propriedade, da renda e do acesso às benesses do Estado. Para ele, entre esses fatores podem ser encontradas causas das desigualdades estruturais que se apresentam no espaço geográfico.

Portanto, a partir da discussão, é evidente que as ideias de Brandão estão profundamente associadas ao conceito de DDC pois demonstram como, no espaço capitalista, a busca por condições universais de valorização do capital gera desigualdades estruturais, mas também é capaz de conectar territórios, ao mesmo tempo aprofundar vulnerabilidades, reforçar assimetrias espaciais e criar estruturas de poder que sustentam o domínio político e econômico para moldar o espaço de forma interdependente, desigual e hierarquizada.

O DDC ENTRE OS DADOS DOS EMPREGOS FORMAIS

A partir do debate anterior é possível considerar que os dados dos empregos formais podem ser uma chave para distinguir e entender às dinâmicas envolvidas no movimento do DDC entre os territórios. Nesse sentido, esta seção tem como premissa demonstrar que a análise dos números dos empregos formais revela como as atividades produtivas estão distribuídas e estruturadas, de forma diferente em cada território. Na continuidade serão apresentadas, sucintamente, considerações de Milton Santos e Carlos Brandão associadas a essa perspectiva.

Em Milton Santos (2003, 2008, 2015) existem interligações dessa ideia. Ao tratar da “nova composição orgânica do espaço”, o autor a define como um processo que promove a ampliação do capital aplicado na instrumentalização do território, a partir do investimento acentuado em bens de produção. Simultaneamente, essa dinâmica gera novas demandas ao capital variável. Como consequência, e devido à contínua implicação da ciência e ao avanço das técnicas nos territórios, ocorrem, ao longo do tempo, oscilações no quantitativo de empregos nas atividades produtivas (Santos, 2015). Em uma perspectiva mais abrangente, Santos (2003) acrescenta outros fatores dessa dinâmica e cita algumas de suas consequências, incluindo a questão do emprego.

[...] a modernização desintegra a economia e a sociedade em todos os níveis. As vantagens locacionais para as atividades, o emprego, as elites e a população mudam em benefício do centro motor e desencadeiam poderosos movimentos migratórios. As atividades modernas que criam esse desequilíbrio são incapazes de fornecer empregos suficientes. Aqueles que não encontram trabalho no setor moderno refugiam-se, então, no circuito inferior da economia urbana (Santos, 2003, p. 82).

Com essa concepção, na obra “Manual da geografia urbana”, Santos (2008) demonstra que é possível utilizar dados dos empregos para avaliar o comportamento dos setores produtivos e em questões de imigrações internas em países subdesenvolvidos (tomou como exemplo países da América Latina e da África). Além disso, o autor destaca que por meio do estudo do emprego foi possível analisar fenômenos como: o crescimento diferencial da população; dos recursos presentes; e das características dos empregos urbanos. Para ele, “cada um desses fenômenos, ao mesmo tempo, exerce influência sobre o outro e liga-se ao crescimento econômico (entenda-se “produto urbano”)” (Santos, 2008, p. 79).

Em Carlos Brandão, mesmo que não seja possível identificar delineamentos específicos sobre a ideia dos dados dos empregos como uma chave para o entendimento do DDC, em seus estudos o autor aponta a importância da variável emprego nessa perspectiva (Brandão, 2017, 2019). Em Brandão (2019) pode-se identificar que a variável “empregos” é uma das que ele elenca

como passível de análise em pesquisas sobre o desenvolvimento dos territórios. Nas palavras do autor:

[...] analisar qual tipo, quantidade e qualidade de empregos foram gerados, avaliar quais os efeitos setoriais e regionais do ambiente macroeconômico de valorização cambial e alta taxas de juros, entre outros, tornam-se elementos centrais para indagar se as trajetórias do crescimento regional foram virtuosas ou não (Brandão, 2019, p. 21).

Nesse sentido Brandão (2017), ao debater a questão metropolitana, nos apresenta que o emprego faz parte de um ciclo de desenvolvimento de arranjos urbanos. Como um processo próprio do capitalismo, onde “um trabalho puxa o outro” (Brandão, 2017, p. 56), o autor entende que a dinâmica criativa da produção, em certos lugares, gera empregos, que por sua vez, impulsionam a criação de outros, em diferentes áreas dos territórios. Segundo o autor (Brandão, 2017, p. 56) esses “vários pontos espalhados no espaço urbano de porte, [...] se subdividem e formam outros”. Dessa forma, “variados arranjos urbano-regionais [...] vão se estruturando ao longo da rede urbana, formando arenas e bacias de emprego” (Brandão, 2017, p. 56). Nessa perspectiva Brandão (2014) aponta às ideias de Santos (2009, p. 113) quando ele descreve que:

A circulação dos produtos, das mercadorias, dos homens e das idéias ganhou uma total expressão, dentro do processo global de produção, que a urbanização passou a ser um dado fundamental na compreensão do funcionamento da economia. Houve, mesmo, um geógrafo, Roger Lee, a afirmar que “o sistema urbano é a economia”

Nesse sentido é possível compreender que os dados dos empregos formais expressam características desse “sistema urbano econômico” e, que ele próprio, somente tem sentido devido à existência da dicotomia entre capital e trabalho dispersa pelos territórios. Em última instância, voltando em Santos (2009, p. 21), pode-se visualizar essa relação de forma mais ampla quando o autor descreve que:

O princípio da diferenciação entre os lugares, dentro de uma mesma formação social, é dado, sobretudo, pela força de inércia representada pelas heranças do passado, a começar pelo espaço construído, que acaba por ser um dado local, e pelos elementos de transformação, representados por uma divisão do trabalho que transcende os limites locais”.

Com essas interligações entre às ideias Milton Santos e Carlos Brandão é visível que os dados do emprego formal, mesmo com limitações (principalmente a questão de os empregos informais serem invisíveis para a RAIS e o CAGED), podem ser utilizados em análises que busquem identificar características, padrões de concentração, especialização e fragmentação econômica, evidenciando os desequilíbrios e as interdependências territoriais geradas pelo DDC do capitalismo.

DADOS DO EMPREGOS FORMAIS ENTRE TERRITÓRIOS PERIFÉRICOS DO CAPITALISMO NORDESTINO

Nesta seção é necessário fazer uma breve caracterização dos territórios (da rede urbana, da socioeconomia e produtiva) que serão alvos das análises. Após isso serão comparados dados dos empregos formais dos territórios buscando identificar características gerais que apontem às consequências do DDC sobre eles.

Os territórios da análise

O TPURN (Santos, 2024) engloba 23 municípios localizados entre o oeste do estado do Rio Grande do Norte e o leste do Ceará⁸. Entre eles, a área urbana de Mossoró é classificada pelo IBGE (2020) como uma Capital Regional C. Já os municípios de Açu, Aracati, Limoeiro do Norte e Russas são Centros Sub-Regionais e os demais municípios são Centro locais. Todo o território possui suas áreas urbanas sobre influências regionais das duas grandes metrópoles regionais (Fortaleza e Recife), e de uma Capital Regional “A” (Natal) (IBGE, 2020). Santos (2024, p. 9) afirma que esse recorte espacial foi criado buscando:

aglutinar os municípios que, historicamente, possuíram atividades que estiveram associadas às cadeias produtivas que utilizaram os recursos naturais (água, solo, minerais, irradiação solar e correntes atmosféricas) regionais como a sua principal fonte de lucro (no caso da fruticultura irrigada, da produção salinera e da exploração petrolífera).

O TPURN reúne municípios que, juntos, abrangem uma área com quase 18 mil km² e abrigava 816.768 habitantes em 2022 (IBGE, 2025a). O PIB no ano de 2021 alcançou R\$ 21,3 bilhões de reais (IBGE, 2025a)⁹. No recorte são realizadas atividades produtivas que incluem agricultura de subsistência e familiar, agronegócio, geração de energia eólica e solar, extração e processamento de petróleo, sal e calcário, além de comércio, indústrias tradicionais de bens de consumo diversos e serviços.

Segundo Santos (2024) a infraestrutura produtiva, composta por rodovias, linhas de transmissão elétrica e dutos de gás e petróleo, interliga essas atividades, criando uma rede dependente de empreendimentos logísticos, como portos e aeroportos de pequeno porte, para escoar a produção

⁸ O territorial aglutina 17 municípios no Rio Grande do Norte, que são respectivamente: Mossoró, Areia Branca, Tibau, Grossos, Porto do Mangue, Serra do Mel, Carnaubais, Alto do Rodrigues, Ipanguaçu, Açu, Upanema, Governador Dix-Sept Rosado, Apodi, Severiano Melo, Baraúna, Felipe Guerra e Caraúbas). Além disso, estão na delimitação seis municípios do Ceará: Icapuí, Aracati, Jaguaruana, Russas, Limoeiro do Norte e Quixeré (Santos, 2024).

⁹ Até a conclusão deste documento não foram publicados pelo IBGE, o PIB dos municípios dos anos de 2022 e 2023.

aos mercados nacional e internacional. Nesse território destaca-se como polo regional a área urbana de Mossoró. Para Santos (2024, p.) ela é “um ponto de interseção na solidariedade organizacional das empresas hegemônicas (centro de gestão empresarial), um centro de gestão do território e um lugar de concentração e centralização do capital, a nível regional”. Em 2021 o valor do PIB de Mossoró representou 38% de todo o TPURN (IBGE, 2025a).

A região metropolitana de Natal (RMN), instituída pela Lei Complementar Estadual nº 152, de 16 de janeiro de 1997, atualmente conta com 15 municípios em sua delimitação (Natal, Macaíba, Extremoz, São Gonçalo do Amarante, Parnamirim, Ceará-Mirim, Arês, Bom Jesus, Goianinha, Ielmo Marinho, Maxaranguape, Monte Alegre, Nísia Floresta, São José de Mipibu e Vera Cruz). A área urbana do município de Natal é classificada pelo IBGE (2020) como uma Capital Regional A. Além disso, ela é o centro de um arranjo populacional que possui ainda Parnamirim, Extremoz, Macaíba e São Gonçalo do Amarante. O restante dos municípios é classificado como Centros locais. O território da RMN possui pouco mais de 3,68 mil km² (IBGE, 2025a). Sua população em 2022 era de 1.466,026 habitantes (IBGE, 2025a). O PIB em 2021 totalizou, aproximadamente, 39,5 bilhões de reais (IBGE, 2025a). A RMN possui como área urbana mais importante a existente na capital do Rio Grande do Norte, Natal. Melo (2019) aponta que “no município polo se encontram: o maior mercado consumidor, maior oferta de serviços, maior setor terciário, a presença do Porto de Natal, e os principais complexos hoteleiros, vitais para o turismo da região”. Devido a isso o recorte urbano de Natal desponta um gigantismo em relação aos outros municípios que fazem parte do território. Em termos econômicos, em 2021 o centro do arranjo populacional englobou 61% do PIB total da RMN (IBGE, 2025a).

A região metropolitana do Cariri (RMC) foi criada pela Lei Complementar Estadual nº 78 de 2009. Ela contempla nove municípios (Barbalha, Cariri, Crato, Farias Brito, Jardim, Juazeiro do Norte, Missão Velha, Nova Olinda e Santana do Cariri) localizados no sul do Ceará e que fazem fronteiras com Pernambuco, Piauí e Paraíba. Entre três dos municípios da RM, Juazeiro do Norte, Barbalha e Crato, ocorre o processo de conurbação. A interligação das áreas urbanas desses municípios é conhecida como triângulo CRAJUBAR.

Na hierarquia regional o CRAJUBAR forma um aglomerado populacional que é classificado como Capital Regional B (IBGE, 2020). O restante das áreas urbanas da RMC se insere em uma na hierarquia urbana como Centros locais. A população da RMC em 2022 chegou a 633.326 habitantes. O PIB de 2021 chegou há pouco mais de 19,9 bilhões de reais.

A dinâmica produtiva da RMC ocorre em torno dos três principais municípios. Silva, Queiroz e Sidrim (2021, p. 218) afirma que “diante da concentração de recursos no triângulo CRAJUBAR, os demais municípios se tornam dependentes para trabalho, estudo, saúde, lazer, entre outras demandas”. Essa afirmação é refletida na participação dos três municípios no PIB da RM (Tabela 1).

Tabela 1: Participação do PIB dos municípios da RMC.

Municípios	PIB 2021	% por município
Barbalha	1.345.204,82	13.56%
Caririaçu	253.126,61	2.55%
Crato	1.871.586,58	18.87%
Farias Brito	202.247,60	2.04%
Jardim	294.153,65	2.97%
Juazeiro do Norte	5.114.793,19	51.56%
Missão Velha	515.936,72	5.20%
Nova Olinda	163.380,55	1.65%
Santana do Cariri	159.277,38	1.61%
Total	9.919.707,08	-
Total *1000	R\$ 9.919.707,077.00	-

Fonte: IBGE (2025a).

Por meio dos dados do PIB da RMC é visível compreender a afirmação de Silva, Queiroz e Sidrim (2021) sobre os municípios do CRAJUBAR. Os autores afirmam que eles, com destaque para Juazeiro do Norte, se destacam no interior do Ceará em consequência da concentração de atividades econômicas de comércio e serviços, com predomínio de atividades terciárias, do turismo religioso e de lazer.

Os empregos formais nos territórios

Antes de iniciar a análise dos dados dos empregos formais dispostos pelos sistemas RAIS e CAGED é necessário apresentar mais informações sobre como eles são sistematizados pelo Estado brasileiro. No caso da RAIS, foi estabelecida em dezembro de 1975, pelo Decreto nº 76.900/75. Em sua concepção, passou a registrar a entrada de trabalhadores estrangeiros no Brasil, auxiliar no controle dos registros do FGTS, apoiar a arrecadação e a concessão de benefícios previdenciários pelo Ministério da Previdência Social, além de servir como referência nos cálculos do Programa de Integração Social/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP). Atualmente, em conformidade com a legislação constitucional, é utilizada pelo governo para realizar o pagamento do abono salarial. Os dados da RAIS possuem variáveis relacionadas com os vínculos empregatícios e

os estabelecimentos empresariais¹⁰, incluindo às atividades econômicas classificadas pelo Código de Atividade Econômica (CNAE) (IBGE, 2025b). Em virtude dessa ampla gama de variáveis, os dados da RAIS permitem aos pesquisadores a realização de análises científicas que perpassam, não somente relacionadas ao mercado de trabalho, mas também por problemas de pesquisa associados com temas socioespaciais e socioeconômicos.

Sobre o CAGED, estabelecido pela Lei nº 4.923, de 23 de dezembro de 1965, é uma base de dados nacional com atualização mensal. Esse registro administrativo do Estado brasileiro foi criado para monitorar e fiscalizar as contratações e demissões de trabalhadores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Desde 1986, passou a ser utilizado para viabilizar o pagamento do seguro-desemprego. Mais recentemente, tornou-se uma ferramenta relevante para políticas governamentais de capacitação profissional e voltadas para a reintegração de trabalhadores ao mercado de trabalho. As melhorias contínuas implementadas no sistema CAGED, assim como os avanços na metodologia de organização dos dados, transformaram ele em uma das principais fontes de informações estatísticas sobre a dinâmica do mercado de trabalho nos municípios brasileiros (IBGE, 2025c).

Com esses esclarecimentos sobre os dados dos empregos formais que foram manuseados para a investigação, adiante, por meio da estatística descritiva e inferencial, foram dispostas as análises que buscam atingir o objetivo delimitado na seção introdutória. Nas duas etapas os dados foram analisados na perspectiva das suas relações com o DDC, nas concepções teóricas de Milton Santos (1994) e Carlos Brandão (2004, 2012) abordadas nas seções anteriores.

Empregos formais no TPURN

Considerando a distribuição dos empregos formais nos setores produtivos existentes nos dados da RAIS, é possível verificar que no TPURN, entre os anos de 2020, 2021, 2022 e 2023 (Tabela 2), quatro subsetores se destacaram, concentrando entre 18,39% e 10,32% do total de empregos formais. Foram respectivamente as atividades de administração pública, comércio varejista, administração técnica e profissional e agricultura.

¹⁰ Além dos dados dos empregos formais, estão dispostos na RAIS: número sobre vínculos empregatícios; número de trabalhadores celetistas, avulsos, temporários e por prazo determinado; Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) dos empregos; faixa etária dos trabalhadores; admissão e desligamento; remuneração média mensal em salário mínimo; tamanho do estabelecimento; e atividade econômica.

Tabela 2: Percentual do total de empregos formais no TPURN por atividades¹¹.

Atividades/Anos	2020	2021	2022	2023
Extrativa Mineral	4,31%	4,28%	4,66%	4,11%
Prod. Mineral Não Metálico	2,42%	2,37%	2,06%	1,89%
Indústria Metalúrgica	0,69%	0,65%	0,65%	0,62%
Indústria Mecânica	0,37%	0,40%	0,46%	0,42%
Elétrico e Comunic	0,07%	0,08%	0,07%	0,07%
Material de Transporte	0,27%	0,24%	0,28%	0,27%
Madeira e Mobiliário	0,56%	0,36%	0,42%	0,42%
Papel e Gráf	0,26%	0,25%	0,21%	0,19%
Borracha, Fumo, Couros	0,21%	0,22%	0,25%	0,25%
Indústria Química	0,74%	0,70%	0,69%	0,53%
Indústria Têxtil	0,77%	0,76%	0,65%	0,57%
Indústria Calçados	1,98%	1,94%	2,37%	1,92%
Alimentos e Bebidas	3,29%	2,96%	3,16%	3,17%
Serviço Utilidade Pública	0,71%	0,74%	0,74%	0,72%
Construção Civil	5,6%	6,36%	4,6%	5,85%
Comércio Varejista	18,09%	17,03%	16,08%	15,80%
Comércio Atacadista	3,32%	3,37%	3,36%	3,40%
Instituição Financeira	0,88%	0,86%	0,75%	0,75%
Adm Técnica Profissional	9,92%	9,13%	11,98%	14,50%
Transporte e Comunicações	2,90%	2,85%	3,19%	3,14%
Aloj Comunic	4,49%	4,15%	4,44%	4,58%
Médicos Odontológicos Vet	3,76%	3,91%	3,69%	3,77%
Ensino	5,99%	5,54%	5,62%	5,34%
Administração Pública	15,47%	18,39%	17,85%	17,42%
Agricultura	12,92%	12,48%	10,79%	10,32%

Fonte: MTE (2025).

¹¹ Nas tabelas que mostram o percentual do total de empregos formais nos territórios os nomes das atividades foram mantidos conforme a base de dados original do MTE (2025). Isso foi realizado para não gerar diferenciações da nomenclatura oficial utilizada pelo órgão.

Em seguida às atividades relacionadas à construção civil e ensino se mostram importantes no território com valores variando entre 6,36% e 5,34% do total de empregos. Entre 4,58% e 3,36% do total de empregos do TPURN se posicionaram às atividades de alojamento e comunicação, extrativa mineral, médico, odontólogos e veterinário, comércio atacadista e alimentos e bebidas. Transporte e comunicações, indústria de calçados e produção mineral não metálica variaram entre 3,19% e 1,89%. O restante das atividades variou entre 0,88% e 0,07% do total de empregos.

Sobre os dados do CAGED no TPURN (Tabela 3) a proporção entre as admissões e a população total do território, evoluiu de 4,8% em 2020, para 8,0% em 2023. Nesse mesmo sentido, a proporção de demissões passou de 4,4% para 6,9%. As admissões foram concentradas no município de Mossoró, variando nos anos verificados entre 46,83%, em 2020 e 51,86% no ano de 2023.

Tabela 3: Dados do CAGED no TPURN¹².

Movimentação	2020	2021	2022	2023
Admissões	41.272	54.393	57.504	65.652
Demissões	37.697	43.965	51.257	56.710
População total	852.485	879.046	816.768	816.768
Proporção de admissões	4,8%	6,2%	7,0%	8,0%
Proporção de demissões	4,4%	5,0%	6,3%	6,9%

Fonte: IPEA (2025).

Empregos formais na RMN

Em relação ao espriamento dos empregos formais nas atividades produtivas na RMN (Tabela 4), da série RAIS, é possível verificar que, em todos os anos, a administração pública engloba uma grande parcela dos empregos formais do território. No ano de 2021 os empregos alocados nessa atividade chegaram a 26,82% do total da RMN.

Tabela 4: Percentual do total de empregos formais na RMN por atividades.

Atividades/Anos	2020	2021	2022	2023
Extrativa Mineral	0,24%	0,16%	0,15%	0,21%
Prod. Mineral Não Metálico	0,42%	0,46%	0,53%	0,41%
Indústria Metalúrgica	0,26%	0,33%	0,35%	0,37%
Indústria Mecânica	0,15%	0,22%	0,21%	0,21%

¹² Em todos os cálculos de proporção de admissões e demissões dos três territórios, referentes ao ano de 2023, foi utilizado o mesmo quantitativo da população do ano de 2022 pois até a conclusão da pesquisa não foram publicadas novas estimativas das populações dos municípios pelo IBGE. É importante salientar que em todas as tabelas que possuem valores da população total nos anos de 2020 e 2021, eles são referentes a estimativas. Já nos anos 2022 e 2023 são baseadas nos dados do censo de 2022 (IBGE, 2025d).

Elétrico e Comunic	0,06%	0,07%	0,08%	0,08%
Material de Transporte	0,04%	0,05%	0,06%	0,07%
Madeira e Mobiliário	0,23%	0,34%	0,30%	0,25%
Papel e Gráf	0,23%	0,22%	0,23%	0,22%
Borracha, Fumo, Couros	0,19%	0,20%	0,23%	0,26%
Indústria Química	0,61%	0,61%	0,61%	0,63%
Indústria Têxtil	3,48%	3,50%	3,25%	3,10%
Indústria Calçados	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Alimentos e Bebidas	3,28%	3,16%	3,28%	3,31%
Serviço Utilidade Pública	1,36%	1,64%	1,58%	1,40%
Construção Civil	4,45%	5,36%	4,25%	5,51%
Comércio Varejista	15,43%	15,46%	15,64%	15,29%
Comércio Atacadista	3,41%	3,56%	3,67%	3,86%
Instituição Financeira	1,07%	1,11%	1,00%	0,97%
Adm Técnica Profissional	16,65%	14,54%	15,62%	16,62%
Transporte e Comunicações	3,17%	3,09%	3,00%	2,89%
Aloj Comunic	7,33%	7,39%	8,48%	8,35%
Médicos Odontológicos Vet	4,57%	4,72%	4,56%	4,38%
Ensino	6,25%	6,01%	5,98%	5,97%
Administração Pública	26,15%	26,82%	25,06%	24,55%
Agricultura	0,99%	0,95%	1,04%	1,08%

Fonte: MTE (2025).

Em seguida, às atividades que envolvem administração técnica e profissional e comércio varejista se apresentam como destaques, com valores, em geral, sempre acima de 15% do total de empregos. Após surgem, respectivamente, alojamento e comunicação, ensino, construção civil, com percentuais variando entre 5% e 8%. Às atividades de médico, odontólogos e veterinários, comércio atacadista, material de transporte, alimentos e bebidas, indústria têxtil, transporte e comunicação, serviços de utilidade pública, agricultura e instituição financeiras variaram entre 4,38% e 0,95%. No restante das atividades o percentual dos empregos formais variou entre 0,63% e 0,003%. O subsetor com valor com o menor valor foi o de indústria de calçados.

Os dados do CAGED apurados entre os municípios da RMN (Tabela 5), apontam que a proporção entre admissões e a população total evoluiu de 4,9% em 2020, para 8,5% em 2023. Nesse mesmo sentido, a proporção de demissões passou de 4,9% para 7,7%. No município de Natal estavam

concentradas a maioria das admissões no território. Entre os anos, os valores variaram entre 68,77%, em 2020 e 71,30%, em 2023.

Tabela 5: Dados do CAGED na RMN.

Movimentação	2020	2021	2022	2023
Admissões	80.276	110.672	118.590	124.466
Demissões	79.263	88.849	107.240	113.472
População total	1.631.016	1.647.414	1.466.026	1.466.026
Proporção de admissões	4,9%	6,7%	8,1%	8,5%
Proporção de demissões	4,9%	5,4%	7,3%	7,7%

Fonte: IPEA (2025).

Empregos formais na RMC

Os empregos formais da RMC, contabilizados pela série RAIS (Tabela 6), demonstram que às atividades mais proeminentes no território são duas, principalmente. A administração pública e o comércio varejista que possuem uma variação entre 23,42% e 18,48% do total dos empregos formais. Em seguida se destacam, respectivamente, às atividades de administração técnica e profissional, médicos odontológicos e veterinários, ensino, alojamento e comunicação e indústria de calçados, que apresentam valores percentuais que variam entre 9,50% e 4,18% do total dos empregos da RMC. Em seguida, às atividades de comércio atacadista, indústria química, transporte e comunicações, construção civil e alimentos e bebidas com percentuais variando, respectivamente, entre 3,81% e 2,10%. O restante das atividades varia entre 1,73% e 0,04% do total dos empregos formais.

Tabela 6: Percentual do total de empregos formais na RMC por atividades.

Atividades/Anos	2020	2021	2022	2023
Extrativa Mineral	0,17%	0,12%	0,20%	0,18%
Prod. Mineral Não Metálico	1,73%	1,56%	1,50%	1,41%
Indústria Metalúrgica	1,05%	1,06%	1,19%	1,20%
Indústria Mecânica	0,07%	0,09%	0,13%	0,12%
Elétrico e Comunic	0,02%	0,02%	0,080%	0,093%
Material de Transporte	0,04%	0,04%	0,04%	0,05%
Madeira e Mobiliário	0,42%	0,41%	0,41%	0,40%
Papel e Gráf	0,60%	0,56%	0,55%	0,54%
Borracha, Fumo, Couros	1,46%	1,49%	1,16%	1,16%
Indústria Química	2,91%	2,83%	2,82%	2,96%
Indústria Têxtil	0,58%	0,58%	0,57%	0,54%

Indústria Calçados	5,42%	4,48%	4,18%	4,54%
Alimentos e Bebidas	2,39%	2,10%	2,29%	2,32%
Serviço Utilidade Pública	1,23%	1,17%	1,04%	0,95%
Construção Civil	2,01%	2,5%	2,48%	2,67%
Comércio Varejista	20,24%	19,36%	18,48%	18,51%
Comércio Atacadista	3,66%	3,33%	3,81%	3,57%
Instituição Financeira	0,78%	0,76%	0,75%	0,75%
Adm Técnica Profissional	6,45%	8,93%	9,50%	9,26%
Transporte e Comunicações	3,44%	3,06%	2,84%	2,81%
Aloj Comunic	6,96%	6,51%	6,43%	6,53%
Médicos Odontológicos Vet	8,94%	8,66%	8,01%	7,80%
Ensino	8,17%	6,56%	7,56%	7,08%
Administração Pública	20,05%	22,59%	21,85%	23,42%
Agricultura	1,20%	1,20%	1,09%	1,13%

Fonte: MTE (2025).

Sobre as proporções de admissões e demissões, nos dados do CAGED na RMC (Tabela 7), a ocupação de postos de emprego formal evolui de 3,3% em 2020, para 5,2% em 2023. Já a de demissões passou de 2,7% para 4,0%. As admissões se concentraram em Juazeiro do Norte com percentuais que variaram entre 55,89% no ano de 2020 e 60,10% em 2023.

Tabela 7: Dados do CAGED na RMC.

Movimentação	2020	2021	2022	2023
Admissões	20.156	31.268	31.001	32.622
Demissões	16.769	20.953	25.842	25.559
População total	612.956	616.454	633.326	633.326
Proporção de admissões	3,3%	5,1%	4,9%	5,2%
Proporção de demissões	2,7%	3,4%	4,1%	4,0%

Fonte: IPEA (2025).

Diferenças dos empregos formais nos territórios

Por meio dos percentuais criados a partir dos dados da RAIS é possível identificar algumas diferenças principais entre a distribuição dos empregos formais nos territórios. No TPURN, entre as quatro atividades que concentram mais empregos está a agricultura, se diferenciando em

relação a RMN e a RMC. Além disso, a diferença dos valores dos empregos entre as atividades de administração pública e comércio varejista é a menor em todos os territórios.

Considerando a RMN a diferença de destaque é a quantidade de empregos nos setores de administração técnica e profissional e alojamento e comunicação. Além disso, o percentual dos empregos na administração pública é a mais elevada dos três territórios. Já sobre a RMC o comércio varejista se destaca com valores que se aproximam, assim como no TPURN, dos evidenciados para administração pública. Além disso, entre as atividades que possuem maiores valores percentuais se apresenta a de médicos, odontólogos e veterinários.

Diante dessas diferenças identificadas, tornou-se necessário verificar se essas variações entre os territórios são relevantes. Para isso, considerando a grande quantidade de dados analisados (25 atividades econômicas, os três territórios e quatro anos), foi realizado um teste estatístico. Ele foi executado para verificar se os três territórios apresentam diferenças estatisticamente significativas na distribuição dos empregos formais a partir dos dados da RAIS. Para a execução do teste, para cada território, foram utilizados a soma dos quantitativos de cada uma das 25 atividades, durante os quatro anos selecionados para a análise.

O teste utilizado foi o de Friedman, adequado para situações em que os dados não seguem distribuição normal e quando se deseja comparar mais de duas condições relacionadas. Diferentemente do ANOVA de medidas repetidas, que exige pressupostos paramétricos, o teste de Friedman é baseado em ranqueamentos, o que o torna mais robusto para dados dependentes e emparelhados (SIEGEL; CASTELLAN, 2006). Nesse sentido, sua aplicação nesta pesquisa justifica-se pelo fato de que, o mesmo conjunto de 25 atividades econômicas, foi avaliado em três territórios distintos, configurando um cenário em que os dados podem ser considerados dependentes.

O resultado do teste (tabela 8) indica que, pelo menos, um dos territórios apresenta uma distribuição dos empregos formais significativamente diferente das demais, pois o valor de $p < 0.05$, rejeita a hipótese nula, que assume que não há diferença significativa entre os territórios. Dessa forma, o teste estatístico sugere que existem padrões distintos na distribuição do emprego formal entre os dados avaliados.

Tabela 8: Resultado do teste de Friedman.

χ^2	Gl	p
21.8	2	<.001

Fonte: O autor (2025).

A partir desse resultado da Tabela 5 foi necessário fazer um teste de comparações múltiplas (Durbin-Conover) para identificar em quais territórios os dados apresentam diferenças estatisticamente significativas (Tabela 9).

Tabela 9: Teste de comparações múltiplas Durbin-Conover.

	Estatística	p
TOTAL_TPURN - TOTAL_RMN	3.32	0.002
TOTAL_TPURN - TOTAL_RMC	2.77	0.008
TOTAL_RMN - TOTAL_RMC	6.09	<.001

Fonte: O autor (2025).

Os valores de $p < 0.05$ na Tabela 09, mostram que todas as comparações entre territórios apresentaram diferenças estatisticamente significativas. Nesse sentido, pode-se afirmar que os três territórios possuem estruturas de empregos formais distintas. Entre eles, a diferença mais significativa é entre a RMN e a RMC ($p < .001$).

A partir disso, foi realizada uma análise dos valores das médias e das medianas dos totais dos dados da RAIS (considerando as 25 atividades e os anos de 2020, 2021, 2022 e 2023), dos três territórios buscando identificar mais detalhes sobre essas diferenças na distribuição dos dados avaliados (Tabela 10).

Tabela 10: Valores de média e mediana dos dados avaliados.

	Média	Mediana
TOTAL_TPURN	23.062	12.502
TOTAL_RMN	64.274	16.656
TOTAL_RMC	14.500	5.594

Fonte: O autor (2025).

Considerando as médias e as medianas a RMN apresenta a maior média de empregos formais (64.274), mas sua mediana (16.656) é consideravelmente menor. A partir dessa discrepância entre os dois valores é possível afirmar que a distribuição dos empregos é altamente desigual, ou seja, há um pequeno grupo de atividades produtivas que concentram a maior parte dos empregos, enquanto um número significativo de atividades apresenta valores muito inferiores., confirmando as afirmações realizadas a partir do gráfico.

Por outro lado, a RMC apresenta tanto a menor média (14.500) quanto a menor mediana (5.594). A maior proximidade entre os valores da média e da mediana sugere que, apesar do número absoluto de empregos ser baixo, sua distribuição entre as atividades produtivas é menos concentrada do que na RMN.

O TPURN ocupa uma posição intermediária em relação aos outros dois territórios, com uma média de empregos formais de 23.062 e uma mediana de 12.502. Embora ainda haja certa desigualdade, o TPURN apresenta uma condição mais equilibrada em relação à distribuição dos empregos formais nas 25 atividades consideradas na análise.

Em relação aos dados do CAGED, não foi realizado nenhum teste estatístico para atestar a significância das diferenças entre os dados dos territórios devido à pequena quantidade de variáveis (apenas os anos de 2020, 2021, 2022 e 2023). Entretanto algumas considerações podem ser feitas sobre eles. A análise dos dados de admissões nos territórios TPURN, RMN e RMC indicam diferenças significativas na capacidade de geração de empregos formais. O TPURN apresentou um crescimento progressivo nas admissões em relação à sua população, passando de 4,8% em 2020 para 8,0% em 2023. O principal município do território, Mossoró, também demonstra uma trajetória ascendente, com a proporção entre admissões e população aumentando de 6,02% em 2020 para 12,87% em 2023.

A RMN exibe um padrão semelhante, embora com uma taxa de crescimento ligeiramente maior. O território registrou um aumento na proporção de admissões, saindo de 4,9% em 2020 para 8,5% em 2023. No principal município, Natal, os valores também cresceram, de 6,24% em 2020 para 11,13% em 2023, evidenciando um alto grau de centralização das oportunidades de trabalho na área urbana polo do território.

Por outro lado, a RMC apresenta um comportamento distinto, com taxas de admissão inferiores e uma maior instabilidade nos valores ao longo dos anos. O território registrou um aumento de 3,3% em 2020 para 5,2% em 2023, mas com uma queda em 2022 (4,9%). Em Juazeiro do Norte, principal município da RMC, a proporção entre admissões e população oscilou entre 4,08% em 2020 e 6,85% em 2023, com uma queda em 2022 (6,28%), indicando um mercado de trabalho mais vulnerável a oscilações.

REFLEXOS DO DDC NOS EMPREGOS FORMAIS DOS TERRITÓRIOS

A partir da análise dos dados é possível afirmar que o DDC se reflete na distribuição dos empregos formais nos territórios avaliados. Através dos apontamentos é possível considerar que existe diferenciação entre áreas de maior e menor concentração de empregos formais e de crescimento das admissões formais. A seguir segue considerações mais detalhadas.

Sobre os dados da RAIS, eles demonstram que no TPURN, existe uma distribuição de empregos formais que, embora menos concentrada do que na RMN, ainda carrega marcas da desigualdade estrutural entre as atividades realizadas nos seus municípios. Ou seja, a

presença de setores produtivos mais diversificados sugere uma dinâmica relativamente mais equilibrada, considerando as 25 atividades verificadas. A RMN se destaca por concentrar grande parte dos empregos formais em poucas atividades produtivas, criando um ambiente de forte assimetria no mercado de trabalho do território. Já a RMC, mesmo sendo uma área metropolitana conurbada, em comparação com os dois outros territórios, possui uma quantidade de empregos formais reduzida. No território, possivelmente existe uma grande parte da população que depende de setores informais ou de atividades produtivas menos estruturadas e legalizadas¹³.

A análise da distribuição de empregos formais nos territórios TPURN, RMN e RMC mostra que eles estão submetidos às lógicas de desigualdade próprias do capitalismo periférico, expressas pela concentração das oportunidades de trabalho nos três principais municípios de cada território. Essa constatação se alinha ao entendimento de Santos (1991, p. 83), quando afirma que “nas zonas onde a divisão do trabalho é menos densa, em vez de especializações urbanas, há acumulação de funções numa mesma cidade”, revelando a seletividade e a concentração das funções urbanas em contextos periféricos. Do mesmo modo, dialoga com a análise de Brandão (2004), que enfatiza como a divisão social do trabalho, sob o capitalismo, se aprofunda e se sofisticava continuamente, articulando os diferentes espaços de maneira regular e ordenada, mas marcada por desigualdade, complexidade e combinações hierárquicas. Dessa forma, a avaliação dos dados sobre empregos formais nos três territórios confirma o que Milton Santos e Carlos Brandão discutem no plano teórico: a centralização das funções urbanas e a difusão seletiva das atividades produtivas configuram um processo de desenvolvimento desigual e combinado, que aprofunda e reforça as hierarquias espaciais.

Em relação aos dados do CAGED dos territórios, é evidente que o TPURN e a RMN apresentam um crescimento mais consistente e taxas de admissão mais elevadas, enquanto a RMC enfrenta maiores desafios para expandir continuamente os empregos formais. Nesse cenário o TPURN se destaca pela distribuição mais equitativa das oportunidades de trabalho, enquanto a RMN reflete um padrão de desenvolvimento altamente centralizado.

Além disso, considerando os municípios dos territórios que possuem as áreas urbanas com maior nível hierárquico na rede urbana dos territórios, é possível identificar que as proporções de admissões em relação à população nos anos de 2022 e 2023 (Tabela 11), em Mossoró, apresentou valores superiores aos de Natal. Em 2022, a proporção de admissões em Mossoró foi de 11,24%,

¹³ A análise não contempla a presença institucional do Estado na criação de empregos formais pois esse aspecto extrapola o objetivo central do artigo. O foco, portanto, está na interpretação das desigualdades estruturais expressas pela distribuição territorial dos empregos, e não na avaliação de políticas estatais específicas envolvidas com a geração de empregos formais.

enquanto Natal registrou 10,92%. Em 2023, essa diferença se ampliou, com Mossoró alcançando 12,87%, enquanto Natal ficou em 11,13%.

Tabela 11: Proporção entre população e total de admissões.

População				
Município	2020	2021	2022	2023
Natal	890.480	896.708	751.300	751.300
Mossoró	300.618	303.792	264.577	264.577
Juazeiro do Norte	276.264	278.264	286.120	286.120
Total de admissões				
Município	2020	2021	2022	2023
Natal	55.583	76.522	82.077	83.631
Mossoró	18.102	25.635	29.729	34.047
Juazeiro do Norte	11.265	19.729	17.959	19.605
Proporção (população e admissões)				
Município	2020	2021	2022	2023
Natal	6,24%	8,53%	10,92%	11,13%
Mossoró	6,02%	8,44%	11,24%	12,87%
Juazeiro do Norte	4,08%	7,09%	6,28%	6,85%

Fonte: IBGE (2025a); IPEA (2025).

Esses dados demonstram que Mossoró teve um crescimento mais acelerado nas admissões formais nos dois últimos anos analisados, superando Natal em termos proporcionais. Isso pode estar associado a uma dinâmica de expansão do mercado de trabalho mais intensa no território onde a área urbana de Mossoró está situada, sugerindo que fatores socioeconômicos locais impulsionaram a contratação formal em um ritmo mais forte do que na capital do estado do Rio Grande do Norte.

Essas considerações reforçam uma das características fundamentais do desenvolvimento desigual e combinado: a coexistência de espaços altamente dinâmicos, integrados às cadeias produtivas mais lucrativas, que contemplam áreas urbanas economicamente enfraquecidas, que se mantêm subordinadas às dinâmicas centrais de um polo regional. Como aponta Santos (1994), essa lógica decorre da propagação seletiva das técnicas e da coexistência de diferentes temporalidades no território, o que produz uma organização espacial marcada por desigualdades estruturais. Nesse sentido, a comparação dos dados entre os territórios evidencia que o desenvolvimento econômico não se distribui de maneira homogênea, mas se realiza de forma seletiva, privilegiando determinados espaços e setores produtivos em detrimento de outros.

CONCLUSÃO

A análise da distribuição dos empregos formais nos territórios, entre 2020 e 2023, permitiu verificar como as dinâmicas do DDC se expressam em espaços periféricos do Nordeste brasileiro. O manuseio dos dados da RAIS e do CAGED revelou que o crescimento econômico ocorre seletivamente, refletindo padrões de concentração e expansão do emprego formal que seguem lógicas assimétricas, reafirmando que a valorização do capital não ocorre de maneira homogênea no espaço, mas hierarquizada.

A partir da RAIS, observou-se que a RMN concentra grande parte dos empregos formais em poucos setores produtivos, enquanto o TPURN apresenta uma distribuição relativamente mais equilibrada e a RMC possui menor participação em comparação aos outros dois territórios. Os testes estatísticos confirmaram que essas diferenças são significativas, reforçando que a expansão do emprego formal se manifesta de maneira desigual entre os territórios.

No que se refere às admissões formais registradas no CAGED, identificou-se que o TPURN e a RMN apresentam trajetórias de crescimento mais consistentes, ao passo que a RMC enfrenta maior dificuldade em acompanhar esse movimento. Além disso, constatou-se que municípios de hierarquia intermediária, como Mossoró, podem em determinados momentos demonstrar maior dinamismo proporcional que capitais estaduais, como Natal. Isso indica a importância que as condições locais e de arranjos produtivos específicos possuem na criação de oportunidades formais de emprego, como é o caso do principal município do TPURN (Santos, 2024).

Nesse sentido, esses resultados permitem destacar três aspectos centrais sobre o DDC nos territórios delimitados: a concentração dos empregos formais em poucos setores produtivos, geralmente os mais estruturados e intensivos em capital; a centralização das oportunidades de trabalho nos municípios de maior destaque na hierarquia regional; e a expansão seletiva do emprego formal, que beneficia mais diretamente alguns territórios, enquanto outros apresentam maior dificuldade em acompanhar o ritmo de crescimento.

Do ponto de vista teórico, os achados confirmam a pertinência das reflexões de Milton Santos e Carlos Brandão. Santos (1994) ressalta que as técnicas e funções urbanas se propagam de maneira desigual, criando combinações específicas de temporalidades e objetos que configuram as dinâmicas territoriais. Brandão (2004, 2012) mostra que a divisão social do trabalho no capitalismo se organiza de forma hierárquica e combinada, reforçando polarizações entre espaços mais integrados e

aqueles subordinados. Assim, os resultados empíricos confirmam, na prática, as formulações teóricas sobre o DDC.

Dessa forma, o objetivo central da pesquisa foi alcançado, ao demonstrar que as desigualdades espaciais observadas não são apenas reflexo de condições locais, mas de processos estruturais ligados à forma como o capital se valoriza seletivamente no espaço, conformando mosaicos de centralidades e periferias.

Entretanto, reconhece-se, que o estudo apresenta limitações, como o foco exclusivo no mercado formal de trabalho, o recorte temporal restrito e a ausência de informações sobre o mercado informal. Tais limitações abrem espaço para pesquisas futuras que ampliem o escopo analítico, incluindo a informalidade, a ação institucional do Estado e as relações entre capital e trabalho em múltiplas escalas. Para isso, recomenda-se combinar abordagens qualitativas e quantitativas, de modo a captar as contradições e complexidades que caracterizam a produção do espaço capitalista e suas implicações para o desenvolvimento regional.

REFERÊNCIAS

- BRANDÃO, C. A. **A dimensão espacial do subdesenvolvimento**: uma agenda para os estudos urbanos e regionais. 2004. 200 f. Tese (Livre docência) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.
- BRANDÃO, C. A. Desenvolvimento, territórios e escalas espaciais: levar na devida conta as contribuições da economia política e da geografia crítica para construir a abordagem interdisciplinar. *In*: RIBEIRO, M. T. F. MILANI, C. R. S. **“Compreendendo a complexidade socioespacial contemporânea: o território como categoria de diálogo interdisciplinar**. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 150-185.
- BRANDÃO, C. A. **Território & desenvolvimento**: as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas: Editora da UNICAMP, 2012.
- BRANDÃO, C. A. Escala metropolitana e a produção de conceitos decisivos para o planejamento dos complexos urbanos metropolitanos. *In*: GARCÍA, J. G.; MACÍAS, J. D.; FIGUEIREDO, F. F. (org.). **TERRITORIOS Y SOCIEDADES EN UN MUNDO EN CAMBIO**. Tlaxcala: Universidade Nacional Autónoma de México, 2014. p. 465-490. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Luis-Mendes-20/publication/348910255_Mendes_L_2014_-A_gentrificacao_nao_e_um_efeito_directo_da_politica_de_reabilitacao_urbana_o_caso_do_centro_historico_de_Lisboa_in_Guadarrama_Garcia_J_Delgadillo_Macias_J_Fonseca_Figueiredo_F_eds_-Te/links/6015be444585151ef2a93c5/Mendes-L-2014-A-gentrificacao-nao-e-um-efeito-directo-da-politica-de-reabilitacao-urbana-o-caso-do-centro-historico-de-Lisboa-in-Guadarrama-Garcia-J-Delgadillo-Macias-J-Fonseca-Figueiredo-F-eds.pdf. Acesso em: 07 fev. 2025.
- BRANDÃO, C. A. Crise e rodadas de neoliberalização: impactos nos espaços metropolitanos e no mundo do trabalho no Brasil. **Cadernos Metrópole**, [S. l.], v. 19, n. 38, p. 45-69, 2017. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/2236-9996.2017-3802>. Acesso em: 23 fev. 2025.
- BRANDÃO, C. A. **Dinâmicas e transformações territoriais recentes**: o papel da PNDR e das políticas públicas não regionais com impacto territorial. Rio de Janeiro: Ipea, 2019. (Texto para Discussão, n. 2460). Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9090/1/TD_2460.pdf. Acesso em: 06 fev. 2025.

CANO, W. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930–1995**. Campinas, 2. ed., Unicamp/IE, 1998.

CHRISTALLER, W. **Central places in southern Germany**. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1966. 230 p.

FURTADO, C. Desarrollo y estancamiento en América Latina: un enfoque estructuralista. *Investigación Económica*, v. 29, n. 113, p. 43-73, 1969. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/42783012>. Acesso em 20 fev. 2025.

HAESBAERT, R. **Territórios Alternativos**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2006.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**, São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, D. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Regiões de influência das cidades**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. 2025a. **Cidades@**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 01 fev. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Relação Anual de Informações Sociais – RAIS**. 2025b. Disponível em: <https://ces.ibge.gov.br/base-de-dados/metadados/mte/relacao-anual-de-informacoes-sociais-rais.html>. Acesso em: 01 fev. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED**. 2025c. Disponível em: <https://ces.ibge.gov.br/base-de-dados/metadados/mte/cadastro-geral-de-empregados-e-desempregados-caged>. Acesso em: 01 fev. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Panorama do Censo 2022**. 2025d. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso em: 18 ago. 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **Ipeadata**. 2025. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>. Acesso em: 22 fev. 2025.

LÊNIN, V. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria**. São Paulo: Abril Cultural, 1988.

MARX, K. **Grundrisse: esboços da crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo editorial, 2015.

MARX, K. ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Sundermann, 2017.

MELO, C. M. O. de. Políticas de inovação na Região Metropolitana de Natal: um estudo sobre as Tecnologias da Informação e Comunicação e suas áreas de atuação na porção funcional metropolitana potiguar. In:

CLEMENTINO, M. L. M. **Duas décadas da Região Metropolitana de Natal**. Rio de Janeiro: Carta Capital, 2019. p. 221-254. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetroles.net.br/wp-content/uploads/2020/02/Duas-decadas-da-Regiao-Metropolitana-de-Natal.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2025.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO – MTE. **Bases Estatísticas RAIS e CAGED**. 2025. Disponível em: https://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_acerto/. Acesso em: 22 jan. 2025.

OLIVEIRA, A. Economia, território e trabalho: as dimensões da desigualdade no capitalismo. *Geografia (Londrina)*, [S. l.], v. 14, n. 2, p. 209–242, 2010. DOI: 10.5433/2447-1747.2005v14n2p209. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/6695>. Acesso em: 23 mar. 2025.

SANTOS, J. P. S. **Espaços urbanos não metropolitanos no nordeste brasileiro**: Mossoró/RN como uma capital regional do sertão. Orientador: Dr. Alessandro Ferreira Cardoso da Silva. 2024. 292f. Tese (Doutorado em Estudos Urbanos e Regionais) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2024.

SANTOS, M. Meio técnico-científico e urbanização: tendências e perspectivas. **Resgate. Revista de Cultura**, Campinas, Campinas, SP, v. 2, n. 2, p. 76–86, 1991. DOI: [10.20396/resgate.v2i3.8645484](https://doi.org/10.20396/resgate.v2i3.8645484). Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/article/view/8645484>. Acesso em: 19 ago. 2024.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo**. São Paulo: Hucitec, 1994

SANTOS, M. **Economia espacial**: críticas e alternativas. Edusp, 2003.

SANTOS, M. **Manual de geografia urbana**. Edusp, 2008.

SANTOS, M. **Por uma economia política da cidade**: o caso de São Paulo. São Paulo: EDUSP, 2009.

SILVA, J. G. da; QUEIROZ, S. N. de; SIDRIM, R. M. S. Mobilidade Pendular na Região Metropolitana do Cariri. **Economia & Região**, [S. l.], v. 9, n. 2, p. 211–231, 2021. DOI: 10.5433/2317-627X.2021v9n2p211. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ecoreg/article/view/40051>. Acesso em: 5 fev. 2025.

SIEGEL, S.; CASTELLAN, N. John. **Estatística não-paramétrica para ciências do comportamento**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

TAVARES, M. C.; SERRA, J. **Más allá del estancamiento**: una discusión sobre el estilo de desarrollo reciente. **El Trimestre Económico**, v. 38, n. 152(4), p. 905-950, 1971. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/20856243>. Acesso em: 03 fev. 2025.

TAYLOR, P. J. **World city network: a global urban analysis**. London: Routledge, 2004. 241 p.

TROTSKY, L. **A história da revolução russa**. Rio de Janeiro: Saga, 1967.